

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 523 - Brasília, segunda-feira, 18 de agosto de 1997

Líderes defendem emendas à Previdência. Debate termina hoje

José Eduardo Dutra, do Bloco Oposição, propõe que o teto de benefícios seja igual a 10 vezes o piso. José Roberto Arruda, líder do governo, sugere reajuste igual para aposentadorias e salários da ativa



Arruda sugere que parlamentar contribua dentro de sua profissão

Os líderes do governo no Congresso, José Roberto Arruda, e do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra, defenderam as emendas que apresentaram a proposta de reforma da Previdência. Dutra quer extinguir o IPC e estabelecer o teto de benefícios em 10 vezes o piso. Arruda propõe que as aposentadorias tenham correção equivalente à dos salários da ativa. A reforma tem hoje seu último dia de discussão em plenário. **Página 3**



Para Dutra, Congresso deve dar exemplo à sociedade

Bezerra e Nabor apontam caminhos para preservação

Senadores destacam lançamento do Projeto Pantanal e a criação de consórcios ecológicos na Amazônia



A necessidade de investimentos na proteção ao meio ambiente foi destacada por Carlos Bezerra e Nabor Júnior na sexta-feira. Carlos Bezerra elogiou o lançamento do Programa Pantanal, que aplicará R\$ 400 milhões na preservação "de um dos mais belos ecossistemas do



mundo", ao mesmo tempo em que impulsionará o crescimento econômico da região. Já Nabor Júnior pediu atenção para a criação de consórcios ecológicos na Amazônia, que, segundo ele, estimula a parceria entre Estado e sociedade e prevê investimentos externos. **Página 8**

Projeto de Serra regula as eleições

O presidente e os governadores candidatos à reeleição devem pagar pelo uso de aviões oficiais durante a campanha. Esta é uma das novidades de projeto de José Serra. **Pág. 4**

NESTA EDIÇÃO

1 Bahia dá exemplo, diz Waldeck

Para ele, estado enxugou máquina e se adaptou à realidade fiscal. **Página 5**

2 Tebet apóia os mutuários

Governo deve buscar soluções para mutuários da Encol, segundo senador. **Página 7**

Encerrada a discussão no plenário, mudanças propostas serão analisadas pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça

Termina hoje o 1º turno da reforma da Previdência

O plenário do Senado encerra hoje a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que modifica a Previdência Social. A matéria voltará então para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para o relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), analisar as emendas apresentadas em plenário - até sexta-feira, os senadores apresentaram 37 emendas.

Também hoje o plenário encerra a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que dis-

põe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS. Pela proposta, a fixação de critérios para a concessão de qualquer tipo de incentivo fiscal pelos estados será de competência do Senado. Com isso, Waldeck pretende acabar com a "guerra fiscal" de estados interessados em atrair investimentos externos.

Na sessão de amanhã, o plenário aprecia três projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais do Brasil com os seguintes países: Finlândia, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal no Imposto de Renda; Paraguai, sobre o exercício de atividades

remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático; e África do Sul, sobre cooperação e assistência mútua na área do combate à produção e ao tráfico de entorpecentes.

Na quarta-feira, o plenário vota projeto de lei complementar do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo das Terras e projeto de lei da Câmara regulamentando os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida. E na quinta-feira, aprecia projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a implantação e a gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.



Valmir: é preciso adequar a Previdência aos desafios do próximo século

Valmir aponta revisão ampla como única saída

A necessidade de uma ampla revisão do sistema previdenciário brasileiro por meio da aprovação de propostas de reforma já em tramitação no Congresso foi tratada sexta-feira pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF). Ele ressaltou que a queda geral no nível de empregamento fez com que a participa-

ção dos trabalhadores, em termos de contribuição previdenciária, caísse de 53% para 47% nos últimos cinco anos. Para ele, as proposições em andamento no Congresso têm o objetivo de "adequar nossa Previdência para os desafios que terá de enfrentar no próximo século".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96, da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), e da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96).

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (19.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PDL nº 15/97, que aprova o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia, em Brasília, em 2 de abril de 1996; do "PDL nº 58/97, que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 23 de outubro de 1996, e do "PDL nº 60/97, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, em Pretoria, em 26 de novembro de 1996.

Quarta-feira (20.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

O tempo da Hora do Expediente será destinado a homenagem ao Dia do Maçom. Orador: José Roberto Arruda.

Ordem do Dia: Discussão em turno único do "PLC nº 98/96, que define competência e regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida; e do "PLS nº 25/97-Complementar, que cria o Fundo de Terras.

Quinta-feira (21.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 8/97, que dispõe sobre a implantação e a gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes

Sexta-feira (22.08.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (19.08.97)

14h - Comissão Parlamentar do Fenômeno "EI

Niño"

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão de Orçamento

Pauta: Apreciação de matérias em tramitação no âmbito da comissão. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quarta-feira (20.08.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 17/96 (não terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 11/97 (terminativo), que dispõe sobre os acordos judiciais trabalhistas que tratam da concessão de seguro-desemprego e da manutenção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Especial Temporária do Endividamento dos Estados e dos Municípios

Pauta: Reunião de trabalho para discussão dos próximos depoimentos dos membros do Tribunal de Contas da União - TCU e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

14h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Apresentação do relatório parcial da deputada Célia Mendes. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flávio Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Cédio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

PREVIDÊNCIA

Líderes defendem suas emendas em plenário

No quarto dia de discussão da reforma da Previdência, os líderes do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), e do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), defenderam sexta-feira as emendas que apresentaram ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE).

Dutra falou inicialmente sobre uma emenda relativa à faixa que será coberta pela Previdência básica. De acordo com sua proposta, o teto de benefícios será equivalente a dez vezes o piso - que é de um salário mínimo. O líder destacou que o teto fixado por Beni Veras, em R\$ 1.200,00, não pode ser mantido, já que não cabe introduzir, no texto constitucional, valores em reais.

Outra emenda de José Eduardo Dutra pretende extinguir o Instituto de Previdência dos Congressistas, o IPC. Para o senador, o Congresso deve dar o exemplo à sociedade, até mesmo para ter autoridade para convencer os que têm organizado lobbies legítimos em favor da manu-

tenção de direitos ou privilégios.

- Não se justifica que parlamentares possam se aposentar com oito anos de contribuição - acrescentou.

A terceira emenda defendida pelo líder do Bloco Oposição estabelece que, até a aprovação da lei complementar que regulará a matéria, serão mantidos os direitos dos trabalhadores que tiverem aposentado-

José Eduardo Dutra argumenta que relator não poderia estipular teto de aposentadoria em reais, mas sim em salários mínimos

ria especial de acordo com as normas vigentes à época da promulgação da emenda da Previdência.

Dutra lembrou que está em vigor uma medida provisória que acaba com a aposentadoria especial de algumas categorias, como juízes classistas e jornalistas - a qual deverá, na sua avaliação, ser aprovada. Com isso, se adotada sua emenda, só seria mantida a aposentadoria especial de quem realmente enfrenta risco de vida ou danos à saúde.

Arruda propõe correção anual

Por sua vez, José Roberto Arruda sustentou a importância de duas emendas que apresentou. A primeira garante aos parlamentares a manutenção, no exercício de seus mandatos, do regime de contribuição previdenciária das profissões que exerciam antes de serem eleitos. Atualmente, segundo informou, os parlamentares são obrigados a vincular-se ao IPC e impedidos de contribuir dentro de sua profissão.

O líder do governo disse que não deseja aposentadoria parlamentar, afirmando que "o exercício parlamentar é temporário, não é uma profissão". Ele

pretende aposentar-se como engenheiro, e está enfrentando uma disputa judicial porque a empresa para a qual trabalhou cerca de 20 anos está contestando sua intenção de "continuar sendo engenheiro". Arruda teve o apoio de Dutra e do senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

A segunda emenda de Arruda visa garantir o poder de compra dos aposentados. Pela proposta, anualmente os aposentados terão a garantia de uma correção na aposentadoria no mesmo nível da correção feita nos vencimentos dos trabalhadores que estão na ativa.

Suasuna beneficia cargo em comissão

O senador Ney Suasuna (PMDB-PB) encaminhou sexta-feira duas emendas ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à reforma da Previdência. Em uma delas, exclui os cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, da proibição de percepção simultânea de proventos da aposentadoria de servidor público civil ou militar com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.

A outra emenda de Suasuna suprime do texto dispositivo que pretende retirar a isenção do Imposto de Renda para os ganhos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pela Previdên-



Suasuna apresentou duas emendas

cia Social a maiores de 65 anos cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho.

Já o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) encaminhou duas emendas, a primeira delas estabelecendo a forma de contribuição dos parlamentares à Previdência (veja matéria nesta página).

A segunda emenda apresentada por Arruda prevê que, até a promulgação da lei que definirá critérios para reajuste dos proventos de aposentadoria e pensões, eles serão reajustados na mesma data do reajuste da remuneração dos servidores em atividade, observada a média aritmética das variações dos seguintes índices de preços: IPC-Fipe, IPCAE-IBGE e IGMP-FGV. Ainda conforme a emenda, a atualização do poder de compra para proventos de aposentadoria e pensões na primeira data-base imediatamente subsequente à sua concessão levará em conta *pro rata* do índice de reajuste, incidente a partir do mês da concessão do benefício.

Ronaldo explica suas três propostas

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) explicou sexta-feira os propósitos das três emendas de sua autoria ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE).

Disse que com a emenda no sentido de isentar de contribuição os aposentados por invalidez, tanto no serviço público como no privado, espera um acréscimo de renda dos funci-

onários e trabalhadores inválidos, que sempre necessitam de recursos para a aquisição de medicamentos e custeio.

- É comum encontrar funcionários e trabalhadores inválidos sacrificando despesas básicas e até alimentares para compra de remédios ou efetuar pagamentos de serviços médicos - enfatizou o senador.



Ronaldo: em defesa dos inválidos

Em muitos casos, segundo Ronaldo Cunha Lima, "os serviços de assistência médica não atendem as doenças profissionais por sua natureza atípicas e por terem custos mais elevados que as doenças comuns".

Outra emenda apresentada pelo senador à reforma da Previdência estabelece que a

concessão do benefício de pensão por morte deverá ser proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido, ressalvada a pensão decorrente do falecimento do servidor, cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Uma terceira emenda proposta por Ronaldo Cunha Lima visa conceder aos membros da magistratura o mesmo critério de previdência que contempla os membros do Poder Legislativo na reforma da Previdência. Pela emenda, uma lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, deverá definir os critérios de aposentadoria e das pensões dos magistrados e de seus dependentes.

Entre as novidades propostas pelo senador estão o pagamento pelo uso de aviões oficiais pelo presidente da República e governadores candidatos à reeleição e a redução do período de propaganda gratuita

Projeto de Serra disciplina eleições de 98

O senador José Serra (PSDB-SP) apresentou projeto de lei fixando normas para as eleições do próximo ano, quando serão escolhidos presidente, governadores, deputados e senadores. Com 118 artigos, a proposição aproveita as inovações que deram certo nas duas últimas eleições e estabelece as condições para que presidente e governadores, candidatos à reeleição, participem da campanha eleitoral.

O senador afirma que o projeto tem o propósito de se tornar uma legislação mais permanente. Lembrou que as normas eleitorais mudaram muito desde a Constituição de 88, na tentativa de se adaptar à nova Carta. A maior parte das experiências deu certo, mas em alguns casos abriram-se espaços para casuísmos. A nova lei eleitoral deve estar aprovada e sancionada até o próximo dia 3 de outubro.



Serra: presidente participa de inaugurações sem pedir votos

Entre as novidades propostas por Serra está o pagamento pelo uso de aviões oficiais pelo presidente da República e governadores candidatos à reeleição. O senador afirma que, por razões de segurança, esses candidatos, que não precisarão deixar o cargo durante a campanha, devem usar aviões e carros oficiais, mas seus partidos têm de pagar pelo uso. O custo será idêntico ao cobrado por empresas privadas que alugam esses meios de transporte. No caso do avião presidencial, a base

da tarifa será o preço médio do aluguel de um táxi aéreo.

Durante a campanha eleitoral, presidente da República e governadores, com respectivos vices, poderão participar de inaugurações de obras ou serviços públicos de suas administrações. No entanto, essas autoridades não poderão mencionar sua condição de candidatos à reeleição e nem pedir votos para elas ou para terceiros. Ficam ainda proibidos pronunciamentos de candidatos à reeleição por cadeia de rádio ou de televisão.

Prazo menor para a propaganda gratuita

O horário gratuito continua idêntico, mas a duração é reduzida de 60 para 45 dias. José Serra diz que 60 dias geram desinteresse da população e aumentam em muito as despesas da campanha. Ele incluiu entre as proibições dos programas de televisão, no horário gratuito, o uso de desenhos animados, computação e efeitos especiais. Continuam proibidas cenas externas, montagens ou trucagens.

- Essa medida, profundamente inovadora, foi adotada na lei eleitoral de 94, permitindo que o eleitorado tivesse conhecimento mais direto dos seus candidatos, dos seus discursos e

de suas propostas, sem os disfarces dos esquemas de marketing e publicidade que vendem candidatos como produto comercial - assinala o senador em sua justificativa.

De acordo com a proposta, entre 15 de maio e 30 de junho do ano que vem serão realizadas convenções partidárias estaduais e nacional para escolha de candidatos e deliberação sobre coligações. A data-limite proposta por José Serra para o registro de candidatos é 5 de julho. O senador manteve a exigência de que partidos ou coligações reservem 20% das vagas para candidaturas de mulheres.

Valmir pede urgência na Câmara para criação de conselhos de idosos

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu sexta-feira à Câmara dos Deputados que aprecie com rapidez projeto de lei que determina a criação de um conselho de idosos em todos os municípios brasileiros. A proposição, de autoria do senador, prevê ainda a manutenção, pelo Sistema Único de Saúde, de serviço de atendimento geriátrico nos municípios.

Conforme a proposição, aprovada terminativamente na semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o conselho municipal do idoso será integrado por representantes da sociedade civil com idade superior a 60 anos,

que deverão ser ouvidos na tomada de decisões administrativas.

Para Valmir Campelo, os idosos no Brasil permanecem à margem das atividades políticas e culturais, "apesar de esfor-

Proposta obriga o SUS a manter serviço de atendimento geriátrico nos municípios e institui diretrizes de política para os idosos no país

ços isolados como os programas da Igreja e do Serviço Social do Comércio".

Ele disse que os atuais programas de assistência a essa faixa da população ainda permanecem com os seus já ultrapassados aspectos paternalistas.

"Notadamente no que concerne ao atendimento à saúde, salta aos olhos a necessidade de garantir aos idosos os benefícios do Sistema Único de Saúde", assinalou.

- Foi, portanto, com o

escopo de aperfeiçoar a lei que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso que

o projeto de lei contendo diretrizes a serem adotadas pelas administrações municipais, com vistas a promover o bem-estar social da população idosa, aí incluídos os segmentos carentes e a parcela residente no meio rural - explicou.

Abdias quer ampliar votação eletrônica

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) dirigiu apelo ao governo e aos parlamentares para que, na Lei Orçamentária de 1998, sejam destinados recursos ao TSE para permitir a implementação do voto eletrônico em municípios com mais de 17 mil habitantes.

Ele argumentou que, com isso, o país dará "um passo importante na modernização de seu processo eleitoral, reduzindo a possibilidade de fraudes, infelizmente ainda frequentes no Brasil".

Abdias Nascimento disse que, segundo líderes governis-

tas, o Poder Executivo não pode atender ao pedido do TSE, no valor de R\$ 70 milhões, para informatização total das eleições do próximo ano. Com isso, observou, o voto eletrônico se limitaria apenas aos municípios com mais de 50 mil habitantes.

No entanto, ele ponderou que estender a votação eletrônica aos municípios com mais de 17 mil habitantes não será tão dispendioso para o governo federal. A medida, assinalou, é defendida pelos 69 deputados estaduais fluminenses.



Abdias: voto eletrônico reduz riscos de fraudes



Jefferson: exemplos como este devem repetir-se

Decisão da CCJ sobre relatório da CPI recebe aplauso de Jefferson

O senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) elogiou sexta-feira a decisão adotada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) de reconhecer a validade do relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre as investigações da CPI dos Precatórios.

- Em boa hora, a CCJ reconheceu esse relatório válido, considerando manifestações pessoais os votos em separado que faziam reparos - assinalou.

Na opinião do senador, a decisão da Comissão de Justiça resgata a imagem da Casa, livrando-a de constrangimentos junto à sociedade.

Jefferson disse que é necessário repetir exemplos como esse e lamentou que os "maus exemplos sejam mais frequentes", ao referir-se à rejeição, pela CCJ, de emenda de sua autoria à reforma da Previdência Social.

Conforme o senador, a emenda excluía os parlamentares do direito de acumular subsídio e proventos de aposentadoria. Ele vê o risco de o plenário manter essa decisão. "Aprovada essa lei, nenhum servidor público, à exceção dos parlamentares, poderá acumular proventos de aposentadoria com vencimentos. E isso significa legislar em causa própria", salientou.

Jefferson Pêres disse, ainda, que pouco se incomoda quanto à possibilidade de suas posições granjearem antipatias, assinalando que não partilha a idéia de que os parlamentares ganham pouco.

"Essa choradeira é um insulto a milhões de brasileiros", frisou o senador, acrescentando que os legisladores se esquecem de mencionar que ganham mais três vencimentos por ano. Ele sustentou que essa cifra é suficiente para a sobrevivência de todos os que vivem nos limites dos próprios ganhos.

- A vida pública impõe sacrifícios também e os nossos não são tão grandes. Além de não ganharmos tão pouco, não

"Em boa hora a comissão reconheceu esse relatório válido, considerando manifestações pessoais os votos em separado que faziam reparos"

se computam os ganhos indiretos. E perante tantos milhões de brasileiros, como é que um senador ou deputado pode alegar que não é capaz de viver com o que ganha?

BARGANHA

Jefferson mencionou, também, a denúncia publicada nos jornais sobre os dois deputados do Acre "envolvidos em barganhas indecorosas em torno da remuneração que estava sendo dividida entre titular e suplente". Lembrou que há também acusações de que o deputado Chico Brigido estaria obrigando os servidores do gabinete a lhe repassarem parte dos vencimentos.

- Oxalá a Câmara conclua pela cassação de ambos, mas os piores são fatos isolados. A verba de gabinete na Câmara teria sido elevada de R\$ 10 mil para R\$ 20 mil, e seria bom que aquela Casa estendesse suas investigações a todos os deputados - disse ele.

Trabalho iniciado em 1991 enxugou a máquina administrativa e saneou as contas, atraindo investimentos

Waldeck: Bahia saiu na frente em austeridade

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) elogiou sexta-feira o estado da Bahia por ter-se antecipado à reforma administrativa conduzida pelo governo federal e se adaptado à realidade fiscal que, como disse, inquieta tantos estados e municípios. "A Bahia vem dando seguidas demonstrações de que o trabalho persistente, sério e criterioso pode fazer com que outros estados encontrem seu caminho", destacou.

Ele explicou que, desde 1991, a Bahia decidiu enxugar a máquina administrativa, sanear as contas públicas e incentivar os investimentos privados, aproveitando ao máximo as oportunidades de modernização oferecidas pelo governo federal. Por essa razão, afirmou, entrou com o pé direito na estabilização promovida pelo Plano Real, apresentando hoje um dos menores dispêndios em todo o país com o pagamento de funcionalismo, sem que isso

tenha resultado em ineficiência administrativa.

Conforme Waldeck, o balanço de contas do Tesouro baiano mostra como o governo estadual conseguiu ajustar a matemática financeira de forma a garantir investimentos próprios e a criar condições de infraestrutura para o seu desenvolvimento. Em sua opinião, o estado encontra-se em condições de atrair significativos investimentos, em virtude da crescente credibilidade de que desfruta.

Depois de elogiar o editorial "A diferença que a austeridade faz", publicado dia 14 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Waldeck Ornelas se disse orgulhoso por ter participado desse esforço para o equilíbrio financeiro da Bahia. Ele lastimou as dificuldades enfrentadas pelos estados e municípios que não se prepararam para a nova realidade do país, dizendo-se também preocupado com o fato de



Waldeck: exemplo para todos

o governo federal ter desmontado a máquina de assistência técnica que atuava em relação a estados e municípios.

O senador lamentou também que, apesar da crise vivida pelos que não se adaptaram ao contexto não-inflacionário, o Legislativo, a seu ver, continue resistindo a aprovar as mudanças propostas pelo presidente da República para fazer o país avançar.

Miranda exalta ação do Itamaraty

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) destacou a "crescente valorização do precioso patrimônio institucional brasileiro" representado pela sua diplomacia. Conforme o senador, a qualidade do serviço diplomático do país "vem de uma longa e sólida tradição, de defesa das aspirações da nação, de promoção da harmonia com os vizinhos e parceiros internacionais".

Gilberto Miranda lembrou que a diplomacia nacional tem sabido responder aos desafios de cada hora histórica, promovendo as mudanças necessárias em sua atuação e usando a favor do Brasil as oportunidades internacionais.

- Foi assim há um século, quando foi assegurada a formidável empreitada da construção de nossas fronteiras, estáveis e seguras, da paz



Miranda: mangas arregaçadas

com nossos muitos vizinhos e da credibilidade junto a eles - assinalou.

Ele ressaltou que a recém-adquirida credibilidade e confiabilidade do Brasil no cenário internacional, por força de sua evolução interna e por ação da diplomacia brasileira, produz também uma dinâmica de retorno. "O Brasil desperta interesse, é procurado para

parcerias políticas e econômicas, para investimentos. Tudo isso contribui para o nosso desenvolvimento econômico e social", observou.

O senador disse que o Itamaraty deixou de ser "de punhos de renda" para transformar-se numa instituição de "mangas arregaçadas, trabalhando com afinco e com altos resultados para o bem do Brasil e para o progresso da sociedade brasileira".

Gilberto Miranda também destacou a importância do Mercosul, afirmando que esse mercado continental "gera comércio com outras regiões do mundo e fortalece a democracia em nossa região". Salientou que, segundo a firme posição do Itamaraty, o Mercosul deverá ser o canal de inserção de seus participantes na futura Área de Livre Comércio das Américas, a Alca.

Altas taxas de juros, elevado grau de endividamento, pesada carga tributária e falta de infra-estrutura prejudicam a atividade, na avaliação do senador

Jonas espera mais apoio à agricultura

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou sexta-feira que o governo precisa apoiar mais decisivamente as atividades rurais "para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros do campo". Ele reconhece os esforços desenvolvidos pelas autoridades do setor, mas entende que as medidas até agora adotadas são insuficientes para "reduzir o sofrimento de

agricultores e colonos".

Jonas Pinheiro falou a propósito do Dia do Colono e do Dia do Agricultor, comemorados recentemente. O senador destacou a importância da agricultura para o Brasil, lembrando que, além de fonte geradora de emprego e renda, essa atividade assegura o equilíbrio da balança comercial brasileira.

- Somos testemunhas das

enormes dificuldades que os colonos e agricultores brasileiros enfrentam para produzir e, sobretudo, para comercializar a sua produção - garantiu. De acordo com Jonas Pinheiro, a crise que atinge a agricultura brasileira tem origem nas altas taxas de juros, no elevado grau de endividamento dos produtores, na pesada carga tributária e na falta de infra-estrutura de apoio à produção.



Jonas: apelo em favor do campo

Odacir elogia combate à pobreza



Odacir: associações civis

O senador Odacir Soares (PFL-RO) destacou a aprovação, pelo Senado Federal, de projeto de resolução que autoriza o governo a realizar operação de crédito externo junto ao Bird com vistas a financiar projeto piloto de alívio à pobreza e reforma agrária.

Ele informou que os beneficiários do empréstimo serão associações civis localizadas nas áreas do projeto nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, dentro do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

Palmeira: Betinho se foi sem realizar sua maior aspiração

Ao homenagear o sociólogo Herbert de Souza, o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) afirmou que ele "foi um servidor atento, permanente e devotado de seu papel de líder, capaz de atrair a consciência do país, numa de suas mais perenes obras, a Campanha pela Cidadania contra a Violência e a Fome".

- Ninguém como Betinho soube mobilizar a consciência nacional para as respon-



Palmeira: fome na terra farta

sabilidades coletivas - assegurou.

Na opinião de Guilherme Palmeira, "a consciência da nação está enristecida por

não ter sido capaz de dar a Betinho a única recompensa a que ele aspirou: ver erradicada a fome da terra farta e opulenta que ele cultivou como ninguém, e a que serviu com o mais admirável espírito público".

Para o senador, a vida do sociólogo o identificou não só com as mais admiradas qualidades de homem público, intelectual e pessoa sensível, mas sobretudo como símbolo da cidadania no país.

Francelino lê textos do sociólogo

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que o sociólogo Herbert de Souza, falecido recentemente, foi uma figura polêmica, "mas na medida em que escreveu deliciosamente coisas amargas e duras, como a fome e a miséria, tornou-se uma personalidade reverenciada pelo Brasil inteiro".

Citando textos escritos por Betinho ou artigos que foram escritos sobre ele, o senador



Francelino: A Lista de Alice

destacou o idealismo e a luta do sociólogo no combate às desigualdades sociais. Trechos de A

Lista de Alice, livro em que Betinho descreve fatos da sua infância, foram lidos pelo senador para destacar a ligação do autor com sua família, com as tradições mineiras e com a cidade natal, Bocaiuva.

Francelino Pereira encerrou seu pronunciamento com palavras do cronista Luiz Fernando Veríssimo sobre a teimosia de Betinho em cobrar a erradicação da miséria.



Emília: solidariedade

Vítimas da Coréia Popular são lembradas

O Grupo Parlamentar Brasil-República Popular Democrática da Coréia e o Instituto de Amizade Brasil-Coréia promovem amanhã, às 15h, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, ato de solidariedade às vítimas da Coréia Popular, com o objetivo de estimular iniciativas solidárias com aquele país.

A senadora Emília Fernandes (RS), vice-presidente do grupo parlamentar, lembrou os avanços que aquele país obteve na economia, no desenvolvimento tecnológico, na saúde e na educação, "tendo nesse momento necessidade de vencer uma crise de abastecimento provocada pelas enchentes".

Rocha: eletrônicos na pauta

Rocha faz palestras no Auditório Nereu Ramos

O gabinete do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) promove, amanhã e depois, palestras sobre "Gerenciamento de Documentos Eletrônicos e Discos Óticos", no *lavor* do Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

O objetivo do evento, esclareceu o senador, é demonstrar aos parlamentares a aplicabilidade do projeto de lei de sua autoria dispoando sobre a produção e o armazenamento de documentos eletrônicos, já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara.

Pela proposição de Sebastião Rocha, documentos como carteira de identidade, certidão de nascimento e outros seriam armazenados em CD-ROM, num modo de gravação que o torne inalterável, tendo validade jurídica todo o seu conteúdo.

- Empresas e órgãos públicos usam galpões, armazéns e, às vezes, subsolos para guardar documentos que ficam expostos à umidade e a microorganismos e que, muitas vezes, são destruídos. Com o meu projeto, esses documentos podem ser guardados num meio eletrônico, eficaz, de alta segurança e que não se deteriora - frisou.

Sebastião Rocha explicou que, com o avanço tecnológico, é permitido um grau confiável de segurança com relação à "personificação do documento, de determinada informação", tais como os códigos secretos que são usados nos cartões magnéticos de banco.

Senador argumenta que governo - cujos bancos eram os principais credores da empresa - sabia da situação e não tomou providências para evitar o desfecho que prejudica quem comprou os imóveis

Tebet cobra solução para mutuários da Encol

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou sexta-feira que o governo, além de se preocupar com as questões sociais causadas pela crise da Encol, tem obrigação de buscar soluções que atendam aos interesses dos mutuários da construtora. A razão, conforme ponderou, é que bancos oficiais são os principais credores da empresa.

- O governo já sabia há muito tempo da situação da Encol. Como permitiu, sem tomar nenhuma providência, que a empresa se endividasse tanto? - questionou.

Tebet manifestou esperança

de que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, atendendo às recomendações do presidente Fernando Henrique Cardoso, encontre meios para reverter a situação. Neste sentido, ressaltou a importância do apoio dos senadores para que a solução seja logo encontrada.

Tebet é de opinião que as gestões políticas não devem ter o objetivo de resolver as dificuldades da Encol. "A grande preocupação é com a intranquilidade que atinge um universo de 42 mil compradores de imóveis da Encol, sem nos esquecermos dos 12 mil funcionários da empresa que estão sem receber

há quatro meses", garantiu.

Considerando que cada mutuário e cada funcionário responde por um grupo familiar, o senador ressaltou que, "no final das contas", são mais de 200 mil pessoas atingidas.

- A casa própria é um dos maiores sonhos do brasileiro. É fácil, portanto, imaginar o drama dessas pessoas que, além de suas economias, abriram mão de suas poupanças, fizeram sacrifícios pessoais e depositaram toda a sua esperança na aquisição da moradia e, de uma hora para a outra, ficaram a ver navios, sem dinheiro e sem teto - argumentou.



Ramez Tebet: problema envolve 200 mil pessoas

Jucá diz que uso político faliu Banco de Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse sexta-feira que "a manipulação política quebrou o Banco do Estado de Roraima". Ele pediu ao Banco Central que investigue a fundo as causas do fechamento da instituição, para que os responsáveis possam ser punidos.

De acordo com o senador, ao longo de sete anos os governantes que o sucederam no Executivo de Roraima "usaram politicamente o banco" e acabaram inviabilizando-o.



Jucá: rombo do banco é de R\$ 25 milhões

Jucá lembrou haver criado o Banco de Roraima, com o apoio do então presidente da República, José Sarney, aproveitando a estrutura do antigo Banco Federal de Roraima,

que estava prestes a ser liquidado.

Ele lamentou a situação dos servidores do Banco de Roraima, ressaltando que o estado não tem indústrias ou qualquer meio que possa absorver esse contingente de trabalhadores que, para permanecer na administração pública, teriam de prestar concurso público.

- O uso de recursos do banco para financiamentos políticos gerou essa herança maldita e o problema social que está preocupando o estado - afirmou o senador. Conforme Jucá, o rombo a descoberto do banco é de R\$ 25 milhões.

Gilvam defende servidor público

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) criticou a posição do governo federal com relação ao funcionalismo público, salientando que, embora justa a preocupação do governo em combater o déficit

público, não pode querer sanear as contas públicas às custas da reputação e dos empregos de seus servidores.

Para Gilvam Borges, a emenda da reforma administrativa destina-se a enxugar a folha de pagamento e não atende ao princípio constitucional da legalidade dos atos administrativos, que a seu ver precisam ter formulação e finalidade idôneas e coerentes, para não sofrerem questionamento no Judiciário.

No entender do senador, que-

brar a estabilidade dos funcionários públicos é romper a estabilidade do serviço público e expor o servidor à mercê de vinganças e revanchismos políticos dos governantes de plantão.

Segundo Gilvam, é um argumento falacioso a hipertrofia da máquina administrativa, se o próprio ministro Bresser Pereira diz que o contingente de servidores em todos os níveis não chega a 6,5 milhões, ou 10 por cento da população economicamente ativa.

Lauro alerta para agravamento de patologias sociais

O senador Lauro Campos (PT-DF) alertou, sexta-feira, que é preciso manter aceso o espírito crítico e promover permanentes intervenções no corpo social, para evitar que se agravem ainda mais as já sérias patologias econômicas e sociais, "para deter o alastramento do desamor, da falta de respeito com a vida e das relações de exclusão cada vez mais desumanas" da sociedade brasileira.

Na opinião do senador, esse é o resultado da ação de governos que, em nome do controle da inflação, justificam o desrespeito à Constituição e aos direitos sociais e econômicos dos trabalhadores, que tiveram seus rendimentos de fato reduzidos pela não-reposição das perdas impostas por

uma inflação acumulada da ordem de 67%.

- O que é pior, uma inflação de 60% reposta mensalmente ou uma perda de 67% jamais reposta? - questionou.

Lauro Campos disse que, por outro lado, através do Proer - "uma patologia econômica" - o governo beneficiou "falsificadores de dinheiro", enquanto, no afã de enxugar gastos, os cortes foram feitos "na carne magra do social".

Diante desse quadro, o senador considerou que não basta apenas "passar o Brasil a limpo", sob pena de aprofundar os efeitos nefastos das patologias sociais e econômicas que hoje caracterizam a vida brasileira.



Lauro: é preciso deter as relações desumanas



Gilvam: defesa do funcionalismo

Pessoas físicas e jurídicas poderiam adquirir cotas de terrenos de seis hectares, pagando R\$ 12 por mês em 20 anos. Idéia surgiu durante seminário da Sudam, em Rio Branco

Nabor pede atenção para proposta de criação de consórcios ecológicos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu sexta-feira, em plenário, atenção para proposta de criação de consórcios ecológicos na Amazônia, que ele avaliou como digna "de análise séria, de crítica consciente e de aproveitamento em seus pontos positivos". A proposta, conforme o senador, estimula a parceria entre Estado e sociedade, prevê investimentos externos na Amazônia e cobra das entidades ecológicas internacionais um efetivo empenho preservacionista.

Apresentada em seminário realizado em Rio Branco no final da semana passada e promovido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a proposta, conforme



Nabor cobra ações concretas em busca da preservação ambiental

explicou o senador, não representa posição oficial do Ministério do Meio Ambiente, apesar de ter sido elaborada por consultor do ministério.

A grande novidade institucional dos consórcios ecológicos em relação aos assentamentos fundiários rotineiros,

segundo Nabor Júnior, está na organização de módulos de 50 cotas, cada uma com seis hectares, que poderão ser adquiridas por pessoas físicas ou jurídicas interessadas na preservação ambiental, sejam elas nacionais ou internacionais. Ele acres-

centou que as famílias de trabalhadores rurais "não serão apenas contempladas com a gleba, mas serão também cobradas, em resultados materiais, pelos investimentos que vierem a receber", acrescentou.

Cada cota adquirida, explicou, implicaria o dispêndio de R\$ 12 mensais ao longo de 20 anos, e o total de recursos pagos poderia ser deduzido do Imposto de Renda.

Isso quer dizer que as entidades que hoje falam, com alarido, de sua preocupação ambiental sobre a Amazônia brasileira terão a oportunidade de provar a própria sinceridade e lisura, assumindo concretamente uma responsabilidade de sustentar a pureza das áreas cuja preservação tanto defendem - observou.

Desenvolvimento sustentável do Pantanal tem apoio de Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) elogiou sexta-feira o lançamento do Programa Pantanal, iniciativa conjunta da União e dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para preservar "um dos mais belos e ricos ecossistemas do mundo e, ao mesmo tempo, impulsionar vigorosamente o crescimento econômico da região".

Um total de 400 milhões de reais serão investidos na área, apoiando projetos em cinco áreas de atuação: gerenciamento de bacias, meio ambiente urbano, re-

cuperação das estradas-parques, atividades sustentáveis e fortalecimento institucional. Saneamento básico e obras de infra-estrutura, com ênfase no suporte da atividade turística, concentrarão a maior parte das verbas.

De acordo com Carlos Bezerra, "estamos diante de um programa concebido segundo os mais atualizados conceitos de desenvolvimento sustentável: em primeiro lugar, destaca-se a preocupação com o saneamento básico dos principais afluentes da bacia pantaneira, evitando-se, assim, a degradação do elemento básico de toda a riqueza do Pantanal, a água, para em seguida promover-se a criação do circuito tu-

ístico, com a recuperação e o asfaltamento de rodovias".

Com a federalização financeira do programa garantida, o senador apelou para que haja "uma mudança da cultura gerencial de programas dessa natureza, com a valorização do acompanhamento das ações e a avaliação dos resultados, a fim de que se possa ter finalmente consolidada uma iniciativa não só de estancamento da degradação do Pantanal brasileiro, como de compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação dos bens natu-



Bezerra quer acompanhar ações e resultados

rais".

O Programa Pantanal, como informou Carlos Bezerra, receberá R\$ 200 milhões do BID, R\$100 milhões do OECF (agência japonesa de fomento), R\$ 40 milhões de um fundo do Banco Mundial e R\$ 60 milhões do governo federal.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em aparte, saudou o lançamento do programa e destacou seus benefícios para a região Centro-Oeste e a preservação do patrimônio ecológico nacional.



Freire: 6 mil famílias no prejuízo

Freire destaca luta de lavrador contra o Bird

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apoiou as reivindicações que camponeses do rio São Francisco atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaiparica estão fazendo ao Banco Mundial. Segundo ele, as seis mil famílias que foram expulsas do local conseguiram um acordo com a hidrelétrica e a Eletrobrás, obrigando o reassentamento da população deslocada em áreas de irrigação, tendo sido aprovado um financiamento junto ao Banco Mundial para promover a irrigação e a infra-estrutura das agrovilas.

Entretanto, passados 10 anos deste acordo, somente 35% dos sistemas de irrigação estão funcionando, sendo que a grande parte já apresenta problemas técnicos de operação e manutenção. Mais da metade das famílias permanecem sem condições de produzir: uma indignidade para cidadãos que querem e podem produzir, gerando um prejuízo que não é pessoal, mas social. A conclusão do projeto é necessária e inadiável - disse.

De acordo com Roberto Freire, em face dessa realidade, o Polo Sindical do Submédio São Francisco solicitou ao Painel de Inspeção do Banco Mundial uma investigação sobre as ações e as omissões desta instituição nesse processo de financiamento. Conforme o senador, compete ao Banco Mundial não só conceder o financiamento, mas também acompanhar a aplicação dos recursos.